



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

**PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA VOLUNTÁRIA – PICVOL**

**O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO CAMPO E A ATUALIDADE DAS  
CATEGORIAS MARXISTAS NO DEBATE DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E DA QUESTÃO AGRÁRIA**

**Desenvolvimento econômico, estado e acumulação capitalista no campo**

Área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas  
Subárea do conhecimento: Ciências Econômicas  
Especialidade do conhecimento: Economia agrária

Relatório Final  
Período da bolsa: de (agosto de 2018) a (julho de 2019)

Este projeto é desenvolvido com bolsa de iniciação científica

**PICVOL**

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Christiane Senhorinha Soares Campos.  
Autor: Karoline Dantas Ribeiro.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

## **SUMÁRIO**

- 1. Introdução**
- 2. Objetivos**
- 3. Metodologia**
- 4. Resultados e discussões**
- 5. Conclusões**
- 6. Perspectivas**
- 7. Referências bibliográficas**
- 8. Outras atividades**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

## **1. Introdução**

O objetivo central de Marx ao escrever *O Capital*, foi explicar como atuam as leis do sistema capitalista. Esta pesquisa utiliza inicialmente alguns dos conceitos expostos pelo autor em seus escritos, como suporte teórico inicial para a compreensão do debate do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Duas condições são necessárias para que o capitalismo funcione de maneira plena: 1- A existência de pessoas livres, que não sejam donas dos meios de produção e que não tenham qualquer outra forma de manter a sua subsistência, e portanto são obrigadas a vender a sua força de trabalho. 2- A concentração dos meios de produção, das riquezas e do capital nas mãos de poucos indivíduos.

Marx defende que a acumulação primitiva não é antecessora à acumulação capitalista, mas sim, a sua origem. Origens, estas, que remontam a época do extinto sistema feudal na Europa. Para Marx "(...) a acumulação primitiva é, (...) nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como "primitivo" porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde." MARX (p. 340)

A segunda condição para o advento do capitalismo, que trata sobre a concentração dos meios de produção, das riquezas e do capital, apresenta-se na história da humanidade, por meio de quatro distintos mecanismos, que tornaram possível a acumulação de capital para a formação e consolidação de grandes complexos industriais.

O sistema colonial financiou "as grandes navegações", e o comércio que girava em torno desta. Posteriormente, foi responsável pela descoberta e invasão dos novos territórios, com o objetivo de extrair a matéria prima abundante presente nestas terras, além da descoberta de novas riquezas que proporcionariam ainda mais acumulação de capital por partes das potências europeias.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Ocasionou também a escravidão da população indígena nativa e dos povos africanos, como forma de garantir e subsidiar a exploração e produção das novas riquezas nas terras colonizadas. A escravidão destes últimos ainda proporcionou um ganho de capital em cima do tráfico de escravos africanos.

Além da monopolização do comércio exterior por parte das grandes potências, que fundamentou toda a base das suas cadeias produtivas, nas colônias de exploração. Formando um novo horizonte para o escoamento da sua produção, além da oportunidade do barateamento das importações de matérias-primas.

O segundo método utilizado foi o sistema da dívida pública, que dominou o continente europeu durante o período das manufaturas.

“A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva. Tal como o toque de uma varinha mágica, ela dota o dinheiro improdutivo de força criadora e o transforma, desse modo, em capital, sem que tenha necessidade para tanto de se expor ao esforço e perigo inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária. Os credores do Estado, na realidade, não dão nada, pois a soma emprestada é convertida em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que continuam a funcionar em suas mãos como se fossem a mesma quantidade de dinheiro sonante. (MARX, 1985, p. 373)

Com as dívidas do Estado nasce um sistema internacional de crédito, que esconde um dos pilares da acumulação primitiva. É a partir deste segundo método que se baseia o próximo mecanismo de autoafirmação do capitalismo: A tributação.

Marx comenta que, já que as dívidas do Estado estão ancoradas nas suas próprias receitas, e que necessitam solver os juros e outros pagamentos anuais. O novo sistema tributário converteu-se assim, em um apêndice do sistema de empréstimos nacionais. Empréstimos, estes, que permitem o Estado a encarar as despesas extraordinárias que acumula, sem que o credor destes financiamentos, o cidadão comum, sinta-as de modo instantâneo, mas que, no entanto, faz-se necessário a elevação dos impostos.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Em contrapartida, o aumento dos impostos ocasionado pelo acúmulo de dívidas, obriga o governo a realizar empréstimos para custear os novos gastos extraordinários que deteve, ao mesmo tempo em que retira dos trabalhadores assalariados quaisquer condições de sobrevivência, a não ser pela venda da sua força de trabalho.

“O regime fiscal moderno, cujo eixo é constituído pelos impostos sobre os meios de subsistência mais necessários (portanto encarecendo-os), traz em si mesmo o germe da progressão automática. A supertributação não é um incidente, porém muito mais um princípio. Na Holanda, onde esse sistema foi primeiramente inaugurado, o grande patriota de Witt o celebrou por isso em suas máximas, como o melhor sistema para manter o trabalhador assalariado submisso, frugal, diligente e (...) sobrecarregado de trabalho. A influência destruidora que exerce sobre a situação dos trabalhadores assalariados interessa-nos aqui, entretanto, menos que a violenta expropriação do camponês, do artesão, enfim, de todos os componentes da pequena classe média, que ele condiciona.” (MARX, 1985, p. 375)

O próximo e último instrumental capitalista, foi o protecionismo exercido pelas potências europeias em relação aos seus mercados internos, que se configura em um conjunto de medidas que buscam o favorecimento das atividades econômicas nacionais enquanto minimiza a concorrência estrangeira. A este respeito, Marx explica:

“O sistema protecionista foi um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar trabalhadores independentes, de capitalizar os meios nacionais de produção e de subsistência, de encurtar violentamente a transição do antigo modo de produção para o moderno. Os Estados europeus disputaram furiosamente entre si a patente desse invento, e, uma vez colocados a serviço dos extratores de mais-valia, não se limitavam para esse fim a gravar seu próprio povo, indiretamente por meio de prêmios de exportação etc. Nos países secundários dependentes, toda a indústria foi violentamente extirpada, como, por exemplo, manufatura de lã irlandesa, pela Inglaterra. No continente europeu, segundo o modelo de Colbert, o processo foi ainda mais simplificado. O capital original do industrial flui aqui, em parte, diretamente do tesouro do Estado. (MARX, 1985, p. 375)



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

A partir dessa análise se observa que o desenvolvimento capitalista ocorreu com a mão bem visível do Estado, com protecionismo de mercado e com expropriação dos meios de produção como base da formação da classe trabalhadora. E Marx (1985) chama atenção para o fato de que esses mecanismos típicos da acumulação primitiva tendem a se aprofundar e se ampliar com o desenvolvimento do capitalismo.

Kautsky, a partir de alguns conceitos marxistas, dá início ao debate do desenvolvimento do capitalismo no campo. Para o autor, o processo de acumulação primitiva se estabelece no campo, e como consequência reduz de forma progressiva a existência do camponês autônomo. Uma vez que grande parte das pequenas propriedades rurais são incorporadas pelos grandes proprietários de terra. Alimentando cada vez mais a concentração de capital. Algo similar ao que ocorreu nos primórdios do sistema capitalista e que até os dias atuais continua a se replicar.

Entretanto, a concentração da terra não implica no desaparecimento das pequenas propriedades, por conseguinte do campesinato. Ao longo dos seus estudos, Kautsky (1980) chega à conclusão que tanto a grande, quanto à pequena propriedade reproduzem-se no meio capitalista, e entende que o desenvolvimento do capitalismo, resultou na industrialização da agricultura em todos os seus estágios.

“(...) A agricultura da era feudal chegou a um beco sem saída, de que não poderia safar-se com as próprias forças. Foi a manufatura urbana que criou as forças revolucionárias destinadas a derrocar o feudalismo e abrir vias novas não apenas para a indústria, mas também para a lavoura. Foram criadas, assim, as condições técnicas e científicas da agricultura racional e moderna, a qual surgiu com o emprego de máquinas e deu-lhe, pois, a superioridades da grande exploração capitalista sobre a pequena exploração camponesa.” (KAUTSKY, 1980, p.180)

Neste sentido, para Kautsky (1980), o que caracteriza o desenvolvimento capitalista no campo é a industrialização da agricultura. O processo de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

industrialização e de transformações técnicas nos processos produtivos é um dos pilares do fenômeno do desenvolvimento econômico.

Introduzindo a discussão do desenvolvimento econômico, Bresser-Pereira (2006), define o desenvolvimento econômico como um fato histórico que ocorre nos países que sofreram uma revolução capitalista. Ele o caracteriza como um processo sistemático de acumulação de capital e da incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital, o que proporcionou a elevação sustentável da produtividade, o que levou concomitantemente ao aumento dos salários e dos padrões de consumo de uma população.

Após o início do processo de desenvolvimento econômico em uma sociedade, este, costuma se auto sustentar, uma vez que, no sistema capitalista os instrumentais do mercado são compostos por incentivos para a progressiva acumulação de capital e de novas tecnologias. Porém, isto não fará com que as taxas de desenvolvimento sejam iguais para todos os países.

Conforme o autor, estas taxas irão variar de forma substancial a depender da predisposição dos países de fazerem uso dos seus Estados para articular métodos nacionais de desenvolvimento, que proporcione vantagens na corrida econômica global. Geralmente, no longo prazo, o desenvolvimento econômico raramente irá retroceder, pois a acumulação de capital e o progresso tecnológico em uma economia dinamizada, será uma condição necessária para a sobrevivência de empresas.

Bresser-Pereira (2006), mostra que o desenvolvimento econômico é resultado da elevação dos níveis de educação, saúde e da competência tecnológica dos trabalhadores, e da transferência desta última para os campos com maior conteúdo técnico o que resultará em salários maiores.

“O desenvolvimento econômico é fruto do sistema capitalista injusto e desequilibrado no curto prazo, mas dinâmico e eficiente, que é



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

coordenado pelo Estado enquanto organização e principalmente enquanto conjunto de instituições entre as quais o mercado é a principal. É fruto histórico de uma estrutura econômica e social em permanente transformação, que começou como um capitalismo da burguesia e do capital físico, mas hoje é cada vez mais um capitalismo dos profissionais e do capital humano ou do conhecimento.” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.6)

Para Bresser-Pereira (2006), o Estado têm duas funções: A primeira é a sua característica de instituição organizacional, responsável pela legislação e tributação de uma nação. A segunda é o Estado como uma instituição normativa, capaz de fazer a ordenação jurídica de um país.

De acordo com Furtado (1974), a característica do capitalismo no seu estágio evolutivo recente, é que ele renuncia a um Estado, seja ele nacional ou multinacional, com a intenção de gerar parâmetros de interesse geral que possam disciplinar o conjunto das atividades econômicas.

Furtado aponta, que à medida em que as economias conquistam estabilidade o papel do Estado no plano social é ampliado. No entanto, o equilíbrio e a ampliação destas economias dependem das transações internacionais, que por sua vez estão sob o comando das grandes empresas, transformando as relações entre ambos em uma relação de poder.

As empresas coordenam as inovações e são responsáveis pela maior parte das transações estrangeiras, além disso, elas detêm uma forte liquidez fora do alcance dos bancos centrais e possuem liberdade de ação nos mercados financeiros internacionais.

Todas estas características, ditas acima, delineiam a transformação das funções dos Estados e o surgimento de novas formas de organizações políticas, que segundo Furtado (1974), ainda estão sendo definidas.

Numa outra perspectiva de análise Jorge Montenegro Gómez (2002), traz à tona questionamentos pertinentes no que tange ao desenvolvimento econômico. Em seus escritos Gómez (2002), busca explicar como o desenvolvimento econômico é





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

utilizado como instrumento ideológico para justificar ações do capital em determinadas regiões.

“Como propõe G. E. Reyes, o desenvolvimento compreende hoje uma tripla condição: social, no sentido de acesso à educação, moradia, serviços de saúde, alimentação, uso racional e sustentável dos recursos e respeito da cultura e tradições no seu entorno social; econômico, em relação às oportunidades de emprego, satisfação, como mínimo, das necessidades básicas e uma boa distribuição da riqueza; e político, a respeito da legitimidade não só em termos legais, mas também em termos de prover à maioria da população de benefícios sociais.” GÓMEZ (2002, p. 4 apud Reyes, 2001)

Para Gómez (2002), é esta interpretação que abre margem para o desenvolvimento local ter importância. Segundo o autor, é o foco na qualidade de vida, na diversificação produtiva e na participação que este tipo específico de desenvolvimento apresenta como discurso. Além de uma nova faceta, a incorporação da base territorial.

No decorrer da pesquisa realizou-se a análise do processo de acumulação de capital no campo associado ao debate do desenvolvimento econômico como ideologia, uma vez que os grandes projetos viabilizados em geral com apoio do Estado se revestem desse discurso.

Em 1995, consolida-se no Brasil o Modelo Liberal Periférico – MLP, batizado por Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 22 e 95-96). É um novo modelo de produção, acumulação que tem como características: 1- o viés liberal financeiro, do comércio e da produção e as modificações na forma de intervenção do Estado através da privatização, mudanças da previdência social e a desregulamentação dos mercados financeiro e de trabalho; 2- a forte dominância bancária financeira na macroeconomia tanto em relação às criações e efeitos nos resultados da política macroeconômica como em relação à acumulação e distribuição do excedente econômico entre capital e trabalho; e 3- o aumento da dependência e com isso a



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

estrutural vulnerabilidade externa que eleva a instabilidade macroeconômica no contexto de liberalização.

Para Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 22), o modelo de desenvolvimento brasileiro implementado em 1995 “é liberal porque é estruturado a partir da liberalização das relações econômicas internacionais na esfera comercial, produtiva, tecnológica e monetário-financeira; da implementação de reformas no âmbito do Estado e da privatização de empresas estatais, que implica reconfigurar a intervenção estatal na economia e na sociedade; e de um processo de desregulação do mercado de trabalho, que reforça a exploração da força de trabalho. O modelo é periférico porque é uma forma específica de realização da doutrina liberal e da sua política econômica em um país que ocupa posição subalterna no sistema econômico internacional [...] em que se caracteriza por significativa vulnerabilidade externa estrutural nas suas relações econômicas internacionais. Por fim, a dinâmica macroeconômica do modelo subordina-se à predominância do capital financeiro e da lógica financeira”. O modelo liberal periférico permite que ocorra uma hegemonia do capital financeiro que é destinado ao agronegócio e a mineração no Brasil.

O bom desempenho da economia nacional, durante o governo Lula, aparenta melhores resultados gerais do que o governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC. A explicação atribuída ao governo Lula e sus aliados, especialmente no segundo mandato é a ruptura com a política econômica anterior e até mesmo com o Modelo Liberal Periférico. Segundo essa visão, no primeiro mandato, em virtude da “herança maldita” recebida dos governos anteriores e da necessidade de administrar os problemas daí decorrentes, a política econômica implementada foi, no fundamental, a mesma do segundo mandato de FHC. Contudo, a partir de 2006/2007, o país teria iniciado um ciclo virtuoso de crescimento econômico –



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

denominado por alguns de “Novo desenvolvimentismo: crescimento com distribuição de renda” (Filgueiras et al apud Barbosa e Souza, 2010).

De acordo com Filgueiras et al (2010), o novo desenvolvimentismo obteve êxito pelos seguintes motivos: 1- O aumento da participação do Estado na direção do processo econômico, por meio do planejamento, investimento direto, através das empresas estatais ou estimulando investimentos no setor privado; 2- elevação da oferta de crédito que aliada a política de aumentos reais do salário mínimo e a política social, produziram um distribuição de renda mais eficiente e como consequência maior presença no mercado nacional no crescimento econômico; e 3- Um novo manejo da política externa, em especial a política de comércio internacional, que possibilitou a ampliação e a diversidade de parceiros comerciais para as exportação dos produtos brasileiros.

“ A oposição de direita ao governo Lula, por sua vez, identifica o “novo momento” como resultado das reformas neoliberais implementadas durante a década de 1990 (governos Collor e FHC), bem como da maturação e persistência da mesma política macroeconômica iniciada no segundo governo FHC, após a crise cambial de janeiro de 1999, qual seja: metas de inflação, elevados superávits fiscais primários e câmbio flutuante. A orientação neoliberal e a política macroeconômica teriam tornado o capitalismo brasileiro mais competitivo, estabelecendo novas condições para o crescimento econômico. Adicionalmente, essa visão ressalta a “sorte” de Lula, por ter se beneficiado da fase ascendente de um novo ciclo de crescimento da economia mundial (2002/2008). Em resumo: segundo essa visão, apesar de algumas escorregadelas do governo Lula – em especial o aumento dos gastos correntes e o uso exagerado e político das empresas estatais e dos bancos públicos –, a manutenção das reformas neoliberais e da mesma política macroeconômica, associadas a um novo ciclo da economia mundial, teria permitido um desempenho melhor da economia brasileira.” FILGUEIRAS ET AL, 2010, p. 36)



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

## **2. Objetivos**

O objetivo geral deste plano é analisar o desenvolvimento capitalista no meio rural brasileiro no século XXI, e a sua irrogação na questão agrária, tendo as categorias marxistas como suporte teórico e analítico. Assim como, analisar o papel do Estado na expansão do capitalismo no campo.

Os objetivos específicos deste projeto estão ancorados em três quesitos: 1 - Pesquisa bibliográfica à respeito do desenvolvimento econômico em distintas abordagens teórico e metodológicas; 2 - Analisar o papel do Estado no desenvolvimento do capitalismo no campo, apresentando os principais mecanismos utilizados para contribuir no processo de acumulação; e 3 - Identificar os principais projetos de desenvolvimento que contribuíram para o processo de expansão do capital no campo e o seu recaimento na questão agrária em diferentes escalas.

No decorrer do projeto houve a formação do grupo de estudos, envolvendo os discentes e docentes colaboradores da pesquisa. Com o objetivo de desenvolver os conhecimentos relativos ao referencial teórico-metodológico que compreendem o debate do desenvolvimento econômico e a questão agrária em uma abordagem crítica, embasada nas categorias marxistas, assim como os seus efeitos no desenvolvimento capitalista no campo. Pesquisa bibliográfica a respeito do desenvolvimento econômico no campo do século XXI. Levantamento de dados sobre os principais projetos de desenvolvimento econômico no Brasil a partir dos anos 2000, que foram relevantes na expansão da acumulação de capital no campo.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

### **3. Metodologia**

O tipo de pesquisa escolhido para configurar este projeto foi o modelo explicativo, que segundo Richardson (2009, p.66), consiste na análise das causas ou consequências de um fenômeno. A abordagem utilizada na pesquisa é do tipo qualitativa e quantitativa, uma vez que tem como proposição mensurar e analisar o fenômeno em múltiplos aspectos.

O método que alicerça a pesquisa é o materialismo histórico dialético, pois tem intenção de analisar o movimento contraditório do desenvolvimento capitalista no campo. A seguir estão elencados os processos metodológicos que foram utilizados neste projeto:

1 - Formação de um grupo de estudos envolvendo a equipe docente e os discentes participantes para estudar o desenvolvimento do capital no campo no século XXI, a partir de categorias marxistas. Desta forma, o grupo de estudos buscou destacar o estudo das categorias: acumulação primitiva, renda da terra, concentração e centralização de capital de Marx, além de textos que debatam a questão agrária a partir desta perspectiva teórica metodológica do materialismo histórico dialético; 2 - Pesquisa bibliográfica e levantamento de dados sobre o papel do Estado na expansão do capital no campo no século XXI; e 3 - Pesquisa bibliográfica sobre o desenvolvimento econômico em múltiplas abordagens teóricas e metodológicas, para subsidiar a análise do desenvolvimento do capital no campo que é sempre associado ao desenvolvimento econômico.

No segundo semestre deste projeto, realizou-se a parte empírica do plano de pesquisa, que consistiu no uso da estatística descritiva para apresentar a evolução



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

dos indicadores de desenvolvimento econômico no Brasil do século XXI. Além da realização de um levantamento de dados à respeito dos principais projetos de desenvolvimento que desempenharam um papel importante na expansão da acumulação de capital no campo brasileiro.

#### **4. Resultados e discussões**

Em 2007 o governo federal apresentou o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, com o intuito de tornar o investimento público em um indutor do investimento privado. O investimento para o PAC1 em quatro anos foi de R\$ 503,9 bilhões, com recursos advindos de diferentes setores do governo federal, das estatais federais e do setor privado. Os principais destinos desses investimentos, se concentram no planejamento e execução de obras de infraestrutura social, urbana, energética e logística do Brasil. (PAC, 2007).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**



Fonte: [www.pac.gov.br](http://www.pac.gov.br)

De acordo com o 9º balanço do PAC 2 (2011-2014), o governo contabilizou até o dia 31 de dezembro de 2013 R\$ 773,4 bilhões de reais em execução global com infraestrutura e desenvolvimento social e R\$ 583 bilhões em obras concluídas do que estava previsto para o período de 2011-2014.

Em relação aos transportes, o último infográfico lançado pelo governo mostra que foram investidos R\$43,8 bilhões até Fevereiro de 2014.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**



Fonte: [www.pac.gov.br](http://www.pac.gov.br)

Entre 2015-2018, segundo o 6º balanço do período o Governo apresentou em relação as rodovias no quesito adequação/duplicação um total de 3.083km contratados e apenas 156km concluídos. Já em relação a construção/pavimentação o governo entregou 5.657km contratados e 475km concluídos.

Entre as obras, destacam-se a BR-101/BA - Duplicação subtrecho Divisa SE/BA - Feira de Santana, com 169,2 km de duplicação e que teve seu ritmo acelerado ao longo de 2017; a BR-381/MG - entre Belo Horizonte e Governador Valadares; a BR-163 /MT, com a liberação parcial ao tráfego de diversos trechos entre





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Rondonópolis e Cuiabá; já na mesma BR-163, no Paraná, trechos também foram liberados entre Cascavel e Marmelândia, melhorando o fluxo de transporte e dando mais segurança aos usuários. (PAC 2015-2018)

Já em relação as ferrovias para o período de 2015-2018 o balanço mostra 3.457 km de obras em três ferrovias (FNS, FIOF e Transnordestina) e 6 travessias urbanas em obras de adequação de linhas férreas.

Em relação as hidrovias os dados do governo federal mostram que de trinta e um terminais hidroviários – dezesseis estão em execução e nove foram concluídos enquanto que foram realizadas trinta e seis intervenções em corredores (dragagem, proteção de pilares, ampliação de vão e sinalização) e dezesseis ainda estão em execução.

## **5. Conclusões**

Para Domingues et al (2009) as desigualdades regionais e as suas questões estruturais são provenientes das relações entre crescimento econômico, investimento em infraestrutura e desenvolvimento regional que possuem um caráter cruel de determinada maneira. De acordo com os autores os investimentos em saneamento, habitação, rodovias entre outras obras, promovem a eficiência e o crescimento econômico, no entanto os impactos podem incidir nas economias regionais, estados e municípios, de maneira bastante heterogênea. Além de agir de modo a concentrar a renda e os recursos econômicos agravando os problemas de desigualdade regional.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

## **6. Perspectivas**

Contribuir na produção de conhecimento interdisciplinar - esta pesquisa procura estreitar o diálogo de categoriais da Economia e da Geografia, o que certamente contribui para qualificar a formação da equipe envolvida por meio da apropriação de novos aportes teóricos e de distintas perspectivas analíticas. Além disso, por meio dos artigos produzidos a partir da pesquisa, apresentados em eventos e/ou publicados em periódicos, os resultados dessa abordagem interdisciplinar serão difundidos, incentivando a ampliação do necessário diálogo entre as diversas áreas científicas.

Incentivar o aumento da produção acadêmica na área de economia no âmbito da UFS, envolvendo docentes e discentes - no que se refere à produção de conhecimento a pesquisa busca, por meio do envolvimento de discentes e docentes, estimular uma maior produção acadêmica na área de Economia na UFS, o que certamente contribui para qualificar a formação dos estudantes, incentivando-os a seguir os estudos de Pós-Graduação, o que contribui na consolidação do Programa de Pós-graduação em Economia, que tem como área de concentração o desenvolvimento econômico, que é um dos aportes teóricos desta pesquisa.

## **7. Referências bibliográficas**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. Textos para Discussão. v. 157. Dezembro de 2006.

DOMINGUES, E. P.; MAGALHÃES, A. S.; FARIA, W. R. Infraestrutura, crescimento e desigualdade regional: uma projeção dos impactos dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Minas Gerais. Pesquisa e Planejamento Econômico (Rio de Janeiro), v. 39, n.1, p. 121-158, 2009.

FILGUEIRAS ET AL, os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010, p.35-69.

FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo, A Economia Política do Governo Lula, Rio de Janeiro, Contraponto, 2007.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974.

GÓMEZ, Jorge Montenegro. **Crítica ao conceito de desenvolvimento**. PEGADA – A Revista do Trabalho. v.5, n. 1 e 2 (2004)

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo, Proposta editorial, 1980.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I, vol. II - Coleção Os Economistas, São Paulo, Abril Cultural, 1985.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social - métodos e técnicas**. 3ª edição, ed. Atlas, São Paulo, 2009.

## **8. Outras atividades**

No primeiro semestre do projeto foram realizadas pesquisas bibliográficas; leituras individuais, confecção de resumos e debates semanais junto ao grupo de estudos. Também ocorreu uma visita às comunidades rurais, com o intuito de observar de perto os dilemas provenientes do desenvolvimento do capitalismo e a concentração de capital no campo. As atividades exercidas concentraram-se em elaborar o estado da arte em múltiplas perspectivas, referentes ao desenvolvimento econômico e o papel do Estado neste cenário. Além de realizar a



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

análise dos principais instrumentais utilizados pelo governo, para impulsionar a acumulação de capital no campo no contexto contemporâneo.

No segundo semestre, houve um levantamento de dados, que teve como foco o mapeamento dos principais projetos de desenvolvimento que auxiliam à expansão do capital no campo. Logo em seguida, foi realizada a análise dos dados obtidos utilizando o suporte teórico das perspectivas críticas ao desenvolvimento que abrangeram os primeiros meses do projeto. Consistindo desta maneira, na fase empírica da pesquisa.